

Brasileiro aconselhou compra de títulos da dívida

GABRIEL OLIVEN

Em pelo menos duas ocasiões, Kenneth Dart esteve no Brasil. A última foi em fins de 1991, quando veio acompanhado de assessores para discutir oportunidades de investimento com autoridades e empresários brasileiros. Um desses encontros foi com o então presidente do BC, Francisco Gros, hoje executivo do banco Morgan Stanley, em Nova York. Gros lembra que Dart e sua comitiva buscavam informações sobre as políticas monetária e fiscal do Governo.

— Eles se apresentaram dizendo: “Somos investidores e estamos interessados em conhecer melhor o Brasil”. Foi um encontro produtivo — resume Gros, que não voltou a falar com Dart depois disso.

Na mesma época, o investidor reuniu-se com Luis Paulo Rosenberg, dono de um escritório de

consultoria em São Paulo e ex-assessor especial do presidente José Sarney. Durante um almoço no restaurante Fasano, um dos mais concorridos da capital paulista, Rosenberg teria aconselhado o americano a comprar títulos da dívida externa brasileira, na forma de **Deposit Facility Agreements** (DFAs). Os papéis estavam cotados a 30 centavos por dólar no mercado secundário, um preço convidativo para investidores. Dart, porém, fingiu não estar interessado.

— Ele me chamava de louco, dizia que era besteira comprar esses papéis. Lembro que chegou a me provocar com a seguinte frase: “Se é um negócio tão bom, por que você mesmo não compra?”. Pouco depois deste encontro, começou a comprar títulos da dívida brasileira. Achei que seria algo em torno de US\$ 10 milhões a US\$ 20 milhões, mas depois fiquei sabendo que ele se tornara credor de US\$ 1,4 bilhão

— diverte-se Rosenberg, que presta consultoria para a corretora americana Salomon Brothers, da qual Dart é sócio minoritário.

O ex-assessor de Sarney refere-se a Dart como um negociador extremamente hábil, “uma verdadeira águia”. Uma prova disso, segundo ele, é que na época do acordo com os bancos estrangeiros, os papéis da dívida já estavam cotados a 52 centavos por dólar. Pelos cálculos de Rosenberg, os Dart teriam comprado os títulos brasileiros por um quarto do valor de face.

Quando o Brasil fechou o acordo com os bancos privados, no entanto, o clã não aceitou as condições propostas e ameaçou entrar na Justiça. Para neutralizar a ação dos Dart, o Governo usou a seguinte estratégia: o Banco do Brasil, também era credor da dívida (com US\$ 4 bilhões), não aderiu ao acordo e, assim, tornou-se o maior deten-

tor de títulos antigos da dívida. Ou seja, os Dart só poderiam recorrer à Justiça se movessem uma ação conjunta com o BB.

Rosenberg garante que a decisão dos Dart de não trocar os títulos velhos da dívida por novos foi causada por uma divergência com o Comitê Assessor de bancos credores, e não com o Governo brasileiro. A família Dart, segundo ele, tinha optado pelos papéis do tipo C, que eram os de maior risco para os credores. Já os bancos, que tinham escolhido papéis com garantia, foram levados a refazer suas opções diante do novo cardápio oferecido pelo Brasil.

— O Ken Dart resolveu chutar o pau da barraca e disse que não iria renegociar os títulos. Afinal, não era dono de banco e rejeitava uma imposição daquelas. Para resolver os problemas com os Dart, basta sentar e negociar. Tudo o que ele quer é dinheiro — afirma Rosenberg.